



## Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

Serviço Social / UF (RJ) - Tecnologista em Saúde Pública (Unidade: INI)

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Serviço social e saúde.....	1
Políticas de saúde .....	13
reforma sanitária no Brasil.....	15
LOAS, SUAS, Sus: leis 8080, 8142.....	23
Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	43
Estatuto do Idoso.....	75
Estatuto da Criança e do Adolescente .....	95
Código de Ética do Serviço Social .....	161
lei de Regulamentação do Serviço Social.....	169
Projeto Ético-político do Serviço Social.....	173
Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço social .....	174
O Serviço social e o trabalho com famílias: características das famílias na contemporaneidade.....	184
A instrumentalidade do trabalho do Serviço Social. ....	202
A desregulamentação dos direitos sociais e os desafios profissionais, Interdisciplinaridade e intersectorialidade no cotidiano profissional .....	214
Supervisão de estágio em Serviço Social. ....	230
O serviço social nas relações sociais no Brasil: história da profissão, conjuntura nacional e demandas profissionais.....	240
Estado e políticas sociais no Brasil. ....	269
A seguridade social no Brasil .....	278
Atuação do Serviço Social para viabilização dos direitos da população LGBTQIA+ ...	286
Exercícios .....	290
Gabarito.....	302

# SUMÁRIO



## ASPECTOS LEGAIS À INTRODUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE<sup>1</sup>

Ao falarmos em saúde no Brasil faz-se necessário uma breve retomada histórica da formação constitucional do nosso país, deste modo, dentro dos aspectos constitucionais o Brasil passou por seis constituintes sendo a sétima que está em vigência, de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 (nova redação da constituição de 1967) e por fim, a Constituição de 1988. Neste processo, a saúde tem lugar fundante em cada uma delas, porém, cabe rever alguns aspectos relacionados à saúde, ao sistema socioeconômico e político e assim compreendermos, quais foram os caminhos transpostos para chegarmos à formação do SUS (Sistema Único de Saúde) e sua relevância, enfocando na legislação a partir da Constituição Federal de 1988, e quais os direitos e avanços que foram adquiridos em relação à saúde, nesse contexto.

Partindo desta premissa, cita-se o processo de transição democrática que ocorreu entre os anos de 1985-1988, onde rompeu-se com o regime autoritário existente e abriu espaço para um novo modelo de governo, ou seja, a democracia onde o povo por meio do voto elege seus representantes e também busca ativamente na conquista de direitos. Dentre os direitos requeridos, estava um novo modelo de saúde para a população, que partiu do idealismo e da luta de um movimento já atuante na década anterior denominado movimento da reforma sanitária.

Algumas das propostas do movimento era a saúde como direito de todos; que houvesse ações de saúde preventiva e curativa; que o acesso aos serviços de saúde fosse garantido; a descentralização da gestão, administrativa e financeira; controle social das ações de saúde. (JUNIOR, 2006, p.17)

Desta forma, um dos marcos da reforma sanitária foi a oitava Conferência Nacional de Saúde (CNS) segundo (Jorge, 2006, p.46) “reuniram-se 5.000 pessoas para dialogar sobre as propostas que o movimento defendia”, formulando através dessa conferência as propostas apresentadas ao congresso nacional na formação da constituinte e 1988, ainda de acordo com Jorge (2006) a proposta foi, o conceito ampliado de saúde: sendo a saúde, portanto um direito de todos e dever do Estado, e a defesa da criação de um sistema único, igualitário e descentralizado.

Conforme, supracitado observa-se, que as transformações ocorridas em cada época e a influência organizacional da sociedade contribuíram para a formação de um novo processo, os quais denominaram de regime democrático, que propunha a participação efetiva da sociedade e do Estado.

Porém, o Estado passa atuar no âmbito familiar e / ou nos diversos assuntos relacionados ao cidadão, através de mecanismos de proteção e ação, ou seja, através das políticas públicas. Como exemplo, podemos citar alguns destes mecanismos que foram formulados a partir da criação da Constituição Federal de 1988, após sua implementação composto pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, formando o tripé da Seguridade Social.

De acordo com o artigo 196 da Constituição Federativa, temos a amplitude e o alcance do que é a saúde,

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1998, [s.p])

Neste contexto a saúde passa ser um direito de todos, portanto, o seu acesso é universal, devendo o Estado, atender toda a população com serviços que atendam a demanda existente.

Ressalta-se, que para o desenvolvimento saudável é necessário o acompanhamento médico, desde a gestação, onde é possível fazer o controle gestacional, sabendo, por exemplo, se a criança (feto) tem o peso certo e se está desenvolvendo-se corretamente, esses cuidados com a saúde da mãe gestante, reflete no nascimento da criança, com a prevenção de possíveis doenças. É importante salientar que os cuidados com a saúde devem prosseguir em todas as faixas etárias, ou seja, da infância a velhice.

<sup>1</sup> Vasconcelos, Rita de Kátia Ottes. Eliziane dos Santos. Fabrícia Destro Ghizzo. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUS E O ESPAÇO DA ÉTICA NESSE CONTEXTO, Vol. I - Ano 2016 ISSN 2446-5518. Extraído de: [http://itecne.com.br/social/edicoes/2016/artigos/Artigo%20\(8\).pdf](http://itecne.com.br/social/edicoes/2016/artigos/Artigo%20(8).pdf)